

Campus Porto Velho Zona Norte
Coordenação do Curso Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na
Educação Profissional e Tecnológica

GILMAR NATAN ASSUNÇÃO DE SOUZA

A EPT NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA
SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO ÀS
PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNEs)

PORTO VELHO/RO
2026

GILMAR NATAN ASSUNÇÃO DE SOUZA

**A EPT NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA
SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO ÀS
PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNEs)**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Pós-Graduação *Lato Sensu* junto ao Curso Docência na Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação da professora Aline Vieira de Melo Silva.

PORTO VELHO/RO
2026

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Souza, Gilmar Natan Assunção de.

A EPT na perspectiva inclusiva: uma revisão sistemática sobre a importância dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) / Gilmar Natan Assunção de Souza. - Porto Velho, 2026.
26 f. : il.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Aline Vieira de Melo Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2026.

1. Educação inclusiva. 2. Políticas públicas educacionais. 3. Rede federal. I. Silva, Aline Vieira de Melo (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.


Bibliotecário(a) Responsável: Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946

GILMAR NATAN ASSUNÇÃO DE SOUZA


**A EPT NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA
SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO ÀS
PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNEs)**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Pós-Graduação *Lato Sensu* junto ao Curso Docência na Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação da professora Aline Vieira de Melo Silva.


Aprovado em: 30/03/2026 pela banca examinadora.

Documento assinado digitalmente
 ANA CLAUDIA DIAS RIBEIRO
Data: 15/04/2026 12:56:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Ana Cláudia Dias Ribeiro

Documento assinado digitalmente
 OSEIAS LIMA DA SILVA
Data: 15/04/2026 16:11:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Me. Oséias Lima da Silva

Documento assinado digitalmente
 ALINE VIEIRA DE MELO SILVA
Data: 15/04/2026 10:49:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Aline Vieira de Melo Silva
Orientadora

A EPT NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNEs)

RESUMO

Este estudo teve como intuito analisar as produções científicas acerca da inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com ênfase nas ações desenvolvidas pelos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs). Com os índices de evasão e falta de acesso ao mercado de trabalho desse público, torna-se importante este estudo. O objetivo consistiu em compreender como esses núcleos institucionais contribuem para o acesso, permanência e êxito dos estudantes, bem como identificar desafios e avanços no contexto da educação inclusiva. A pesquisa fundamentou-se teoricamente nos pressupostos da educação inclusiva e das políticas públicas educacionais, sendo conduzida por meio de uma Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS). O método seguiu as etapas de entrada, processamento e saída, envolvendo a busca em bases de dados acadêmicas, seleção inicial de 60 artigos e análise aprofundada de 15 estudos. Os resultados evidenciaram que os NAPNEs desempenham papel fundamental na promoção da inclusão, atuando em ações como adaptação curricular, oferta de tecnologias assistivas, formação docente e acompanhamento pedagógico. Entretanto, foram identificadas limitações relacionadas à infraestrutura, formação continuada dos professores e consolidação das políticas institucionais. Conclui-se que, embora haja avanços significativos na inclusão na EPT, ainda persistem desafios estruturais e pedagógicos que demandam maior investimento e fortalecimento das políticas públicas. O estudo contribui para o campo ao sistematizar evidências sobre o papel dos NAPNEs e indicar a necessidade de aprofundamento em pesquisas que avaliem a efetividade dessas ações no contexto educacional brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; Políticas Públicas Educacionais; Rede Federal.

ABSTRACT

This study aimed to analyze scientific publications on the inclusion of students with specific educational needs in Vocational and Technological Education (VTE), with an emphasis on the actions developed by the Support Centers for People with Special Educational Needs (NAPNEs). Given the dropout rates and lack of access to the job market for this population, this study becomes important. The objective was to understand how these institutional centers contribute to the access, retention, and success of students, as well as to identify challenges and advances in the context of inclusive education. The research was theoretically grounded in the assumptions of inclusive education and educational public policies, and was conducted through a Systematic Literature Review (SLR). The method followed the stages of input, processing, and output, involving a search in academic databases, an initial selection of 60 articles, and an in-depth analysis of 15 studies. The results showed that NAPNEs (Centers for Support to Students with Special Educational Needs) play a fundamental role in promoting inclusion, acting in actions such as curriculum adaptation, provision

of assistive technologies, teacher training, and pedagogical support. However, limitations related to infrastructure, continuing teacher training, and the consolidation of institutional policies were identified. It is concluded that, although there have been significant advances in inclusion in vocational and technological education, structural and pedagogical challenges persist, demanding greater investment and strengthening of public policies. This study contributes to the field by systematizing evidence on the role of NAPNEs and indicating the need for further research evaluating the effectiveness of these actions in the Brazilian educational context.

KEYWORDS: Inclusive Education; Educational Public Policies; Federal Network.

1 INTRODUÇÃO

A educação de forma inclusiva ainda gera muitos debates dentro das diretrizes educacionais, por ser algo complexo e que passa por diferentes vertentes. Mas, de fato, a educação inclusiva desde sua implementação mudou o cenário educacional, quebrando tabus e paradigmas dentro do âmbito de ensino e mostrando que todos têm o direito pleno à educação (Turci, 2023, p. 45).

No Brasil, diversas normativas têm contribuído para a consolidação da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Destacam-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (Brasil, 2008), que assegura a matrícula de estudantes com deficiência no ensino regular; a Resolução CNE/CEB nº 4 (Brasil, 2009), que estabelece diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE); o Decreto nº 7.611 (Brasil, 2011), que dispõe sobre a Educação Especial e o AEE; a Lei nº 13.005 (Brasil, 2014), que institui o Plano Nacional de Educação (PNE); e a Lei nº 13.146 (Brasil, 2015), conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Mais recentemente, destaca-se a promulgação do Decreto nº 12.773/2025, que atualiza e fortalece a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, reafirmando o compromisso do Estado com a ampliação do acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Esse decreto também propõe a articulação em rede entre instituições e a ampliação de mecanismos institucionais de apoio, como os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs), especialmente no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Torna-se essencial compreender a distinção entre Educação Especial e Educação Inclusiva, termos que, embora relacionados, não são sinônimos. A Educação Especial refere-se a uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação, sendo destinada ao atendimento de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por meio de serviços e recursos específicos, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) (Brasil, 2008).

Já a Educação Inclusiva configura-se como um paradigma educacional mais amplo, que defende a escolarização de todos os estudantes no ensino regular, respeitando suas diferenças e promovendo a equidade no processo de ensino-aprendizagem. Enquanto a Educação Especial atua diretamente como suporte

especializado, a Educação Inclusiva orienta a reorganização do sistema educacional como um todo, visando garantir acesso, participação e permanência de todos os sujeitos no ambiente escolar (Mantoan, 2003; Brasil, 2008).

É notável que a educação inclusiva e especial passa a ter sua visibilidade e assegura o direito à inclusão dos alunos com deficiência em qualquer nível educacional. Além do mais, um importante passo para esse marco, foi a junção das escolas, no qual não se tem mais a divisão entre escola para alunos especiais e alunos comuns.

Historicamente, a educação das pessoas com deficiência esteve marcada por práticas segregadoras, caracterizadas pela oferta de ensino em instituições especializadas e pela exclusão desses sujeitos dos sistemas regulares de ensino. No âmbito da EPT, esse cenário também se fez presente, com a limitação de acesso a cursos e a ausência de políticas estruturadas de inclusão. Conforme aponta Jannuzzi (2012), às pessoas com deficiência, por muito tempo, foram marginalizadas dos processos produtivos e educacionais, sendo consideradas pouco relevantes para o desenvolvimento econômico, o que contribuiu para sua exclusão dos espaços formativos.

A partir das transformações nas políticas educacionais e do avanço do paradigma inclusivo, observa-se um movimento de superação desse modelo segregador, com a ampliação do acesso à educação regular e à formação profissional. Nesse contexto, os NAPNEs emergem como importantes estruturas institucionais de apoio à inclusão, atuando na promoção de condições de acessibilidade, acompanhamento pedagógico e permanência dos estudantes com necessidades educacionais específicas na EPT.

Partindo dessa problemática, formula-se a seguinte questão da pesquisa: de que forma os Núcleos de atendimento às pessoas com necessidades específicas (NAPNEs) contribuem para a permanência desses alunos nos cursos da EPT?

O intuito é a realização investigação acerca da importância do papel dos NAPNE, para a permanência dos alunos com deficiência matriculados nos cursos da EPT. De modo que, demonstre que as ações realizadas pelos NAPNEs nos cursos da EPT, contribuem para a permanência desses alunos, além de destacar algumas atividades realizadas por esse núcleo.

A realização deste estudo investigativo e qualitativo, é de grande relevância, pois denota a importância da implantação dos NAPNEs nas instituições de ensino,

mostrando que através das atividades desenvolvidas nesse núcleo, é possível atender diferentes públicos e integrá-los no âmbito educacional, promovendo a inclusão e garantindo seus direitos plenos em uma educação de qualidade.

A RBS (Revisão Bibliográfica Sistemática), tem por objetivo identificar a importância da atuação dos NAPNEs, assim como, suas contribuições para os alunos dos cursos da Educação Profissional e Tecnológica. Para tal, busca-se avaliar a eficácia das ações deste núcleo, assim como, as atividades desenvolvidas por ele. Para realização da pesquisa, será realizada uma busca ativa, para encontrar artigos que abordam sobre os NAPNEs, como foco na atuação dos cursos da EPT.

2 NÚCLEOS DE ATENDIMENTO/APOIO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNEs)

Os Núcleos de Atendimento/Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) configuram-se como estruturas institucionais fundamentais para a promoção da educação inclusiva no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Sua criação está diretamente vinculada à necessidade de implementação de políticas públicas que garantam o acesso, a permanência e o êxito de estudantes com deficiência e demais públicos da Educação Especial na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

2.1 Criação dos NAPNEs e relação com a política TEC NEP

A implantação dos NAPNEs está associada à Ação TEC NEP (Tecnologia, Educação e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas), proposta pelo Ministério da Educação com o objetivo de estruturar políticas inclusivas na educação profissional. Essa política buscou preparar a Rede Federal para ampliar o acesso de pessoas com necessidades educacionais específicas, promover a articulação entre instituições e reduzir barreiras pedagógicas, arquitetônicas e atitudinais (Brasil, 2010).

Os NAPNEs foram concebidos como setores responsáveis por articular ações internas e externas relacionadas à inclusão, promovendo a integração entre diferentes setores institucionais e estabelecendo parcerias com outros órgãos e instituições. Conforme discutido por Anjos (2006), esses núcleos atuam na organização de

estratégias pedagógicas, no apoio à implementação de políticas inclusivas e na promoção de uma cultura institucional voltada à valorização da diversidade.

Estudos mais recentes indicam que a criação desses núcleos contribuiu significativamente para a consolidação das práticas inclusivas nos Institutos Federais, ampliando a visibilidade das ações desenvolvidas e favorecendo a troca de experiências entre a comunidade acadêmica (Sonza *et al.*, 2020).

2.2 Articulação com o Atendimento Educacional Especializado (AEE)

A atuação dos NAPNEs está diretamente relacionada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), compreendido como um serviço que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade com o objetivo de eliminar barreiras à aprendizagem e à participação dos estudantes. O AEE não substitui o ensino regular, mas o complementa, promovendo maior autonomia e inclusão dos estudantes com deficiência (BRASIL, 2008).

No contexto da Rede Federal, a efetivação do AEE ocorreu de forma gradual. Inicialmente, havia limitações estruturais e institucionais, especialmente relacionadas à ausência de profissionais especializados. No entanto, com a atualização de normativas recentes, como o Decreto nº 12.686/2025, posteriormente reforçado pelo Decreto nº 12.773/2025, observa-se um avanço na institucionalização do AEE, fortalecendo sua articulação com os NAPNEs e ampliando as condições de atendimento aos estudantes.

Essa integração evidencia a importância da formação inicial e continuada de docentes, uma vez que a atuação no AEE exige conhecimentos específicos sobre educação inclusiva, conforme já preconizado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

2.3 Desafios institucionais e atuação dos NAPNEs

Apesar dos avanços, a atuação dos NAPNEs ainda enfrenta desafios significativos no contexto da EPT. Entre eles, destacam-se a necessidade de ampliação da infraestrutura acessível, a consolidação de equipes multiprofissionais, a formação continuada de docentes e a institucionalização de práticas pedagógicas inclusivas.

Estudos apontam que os NAPNEs desempenham papel central na mediação entre políticas públicas e práticas educacionais, contribuindo para a inserção e permanência de estudantes com necessidades educacionais específicas em diferentes espaços institucionais (Perinni, 2022). Além disso, a expansão da Rede Federal, que atualmente conta com centenas de unidades em todo o país, reforça a importância desses núcleos como mecanismos estruturantes da inclusão educacional.

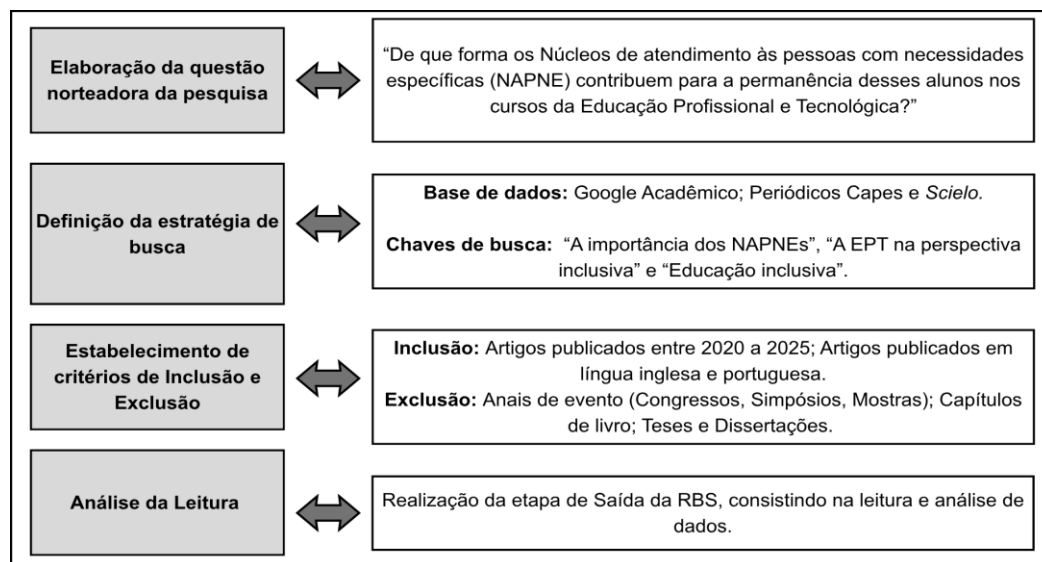
Os NAPNEs consolidam-se como instrumentos estratégicos para a efetivação das políticas de educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica. Sua atuação, articulada à política TEC NEP e ao Atendimento Educacional Especializado, evidencia um movimento institucional voltado à superação de práticas excludentes e à promoção de uma educação mais equitativa. Embora ainda existam desafios estruturais e formativos, esses núcleos representam um avanço significativo na garantia do direito à educação para estudantes com deficiência, contribuindo para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos e socialmente comprometidos.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 Caracterização das buscas

A presente pesquisa, tem cunho qualitativo, exploratório e documental, desenvolvida por meio uma revisão bibliográfica (RBS), adotada por Levy e Ellis (2006), definida pelos autores como uma sequência de etapas para coletar, conhecer, compreender, aplicar, analisar, sintetizar e avaliar literatura selecionada, a fim de fornecer uma base sólida para um tópico e para o método de pesquisa (Levy e Ellis, 2006, p. 182).

Figura 01 - Sistema adotado para busca de artigos da RBS. A ilustração mostra como foi realizado o delineamento para a busca dos artigos, indicando questão norteadora da pesquisa, bancos de dados utilizados, chaves de busca, critérios de inclusão e exclusão e a análise (Fase de Saída).



Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

3.2 Seleção dos artigos

A seleção dos artigos seguiu os procedimentos descritos por Levy e Ellis (2006), que consistem nas etapas de Entrada, Processamento e Saída. Para tal, na etapa inicial de Processamento, foi realizada a busca na íntegra nos sites de bancos de dados acadêmicos exemplificados no Quadro 01, juntamente com as chaves de buscas citadas. Os primeiros artigos encontrados foram então organizados em uma planilha no Excel, seguindo a seguinte ordem: título, ano de publicação, periódico e resumo. No total, foram selecionados previamente 60 artigos para análise.

Após, foi realizada a segunda etapa, a de Processamento, que é complementar a etapa anterior, porém, nesta fase, é realizada uma leitura minuciosa dos trabalhos que foram selecionados para seguir na pesquisa. Foi realizada a elaboração de fichamentos de cada artigo, analisando os aspectos destacados na análise de dados (Item 3.3). Após, foram selecionados 15 artigos principais, que foram utilizados na etapa de Saída.

3.3 Análise dos dados

A análise segue a proposta da etapa de Saída, no qual os dados e resultados obtidos foram compilados e organizados. Cada artigo passou por uma leitura exaustiva, evidenciando os resultados alcançados e comparados uns com os outros para se saber os principais pontos, positivos e negativos, evidenciados em cada um. Em cada artigo selecionado, foram avaliadas e analisadas as seguintes vertentes: 1) Políticas públicas de inclusão; 2) Atuação dos NAPNEs; 3) Práticas pedagógicas inclusivas; 4) Permanência e êxito acadêmico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos utilizados para constituir a RBS, estão apresentados no Quadro 01.

Quadro 01 - Artigos selecionados nas fases de Entrada e Processamento da RBS. Cada artigo foi representado seguindo seu autor, ano de publicação, título e objetivos gerais, destacados em cada artigo.

AUTORES	TÍTULO	OBJETIVOS
Rodrigues e França (2024)	O perfil dos estudantes com deficiência egressos do IFB no mercado de trabalho	Investigar o perfil dos estudantes com deficiência, egressos do Instituto Federal de Brasília –IFB, inseridos no mercado de trabalho.
Silva (2022)	A educação profissional e tecnológica e o protagonismo dos núcleos de atendimento às pessoas com necessidades específicas	Investigar as ações institucionais e contribuições fomentadas e desenvolvidas pelos NAPNEs, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.
Disconci <i>et al.</i> (2023)	Políticas públicas para educação profissional inclusiva: acesso de muitos, permanência de alguns e êxito de poucos	Discutir o papel da assistência estudantil na permanência e êxito junto aos estudantes que ingressam na EPTNM através da lei de reserva de cotas para PCDs nos institutos federais do Rio Grande do Sul.
Jorge <i>et al.</i> (2025)	Um Panorama Das Práticas Inclusivas De Alunos Com Necessidades Educacionais Específicas Nos Institutos Federais De Educação; Desafios E Avanços	Pesquisar como vem sendo realizadas as práticas inclusivas aos alunos que necessitam do atendimento educacional especializado.
Santos <i>et al.</i> (2023)	Regulamentos dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais	Caracterizar as diferentes concepções sobre a função e as atribuições dos NAPNEs de todo o

	Específicas nos Institutos Federais brasileiros	país, com base em suas resoluções de funcionamento.
Oliveira e Ferreira (2024)	Educação Especial Inclusiva (EEI) na Educação Profissional e Tecnológica: um recorte sobre a inclusão de pessoas com deficiência no Instituto Federal de Brasília	Investigar como funciona a atuação da Educação Especial Inclusiva (EEI), na EPT, no Instituto Federal de Brasília.
Lira <i>et al.</i> (2025)	Reflexões sobre a Formação Docente Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica	Analisar as concepções e necessidades formativas dos docentes de uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica do interior de Pernambuco, de modo a subsidiar a criação de estratégias de apoio à inclusão.
Oliveira e Ferrão (2021)	Os caminhos da inclusão das pessoas com deficiência: a evolução até a educação profissional e tecnológica da Rede Federal	Apresentar o percurso histórico da inclusão das pessoas com deficiência na educação enfatizando a educação profissional e tecnológica (EPT) na Rede Federal.
Trevisan e Ziliotto (2023)	Políticas de inclusão de estudantes com deficiência nos institutos federais do Rio Grande do Sul	Analisar as políticas norteadoras para a EPT de alunos com deficiência em três IFs do estado do Rio Grande do Sul em diálogo com as diretrizes nacionais vigentes relativas à EE.
Silva <i>et al.</i> (2020)	A Práxis Inclusiva dos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas e sua Relevância na Educação Profissional e Tecnológica	Analisar a importância dos NAPNEs na promoção da inclusão de estudantes com necessidades específicas na EPT, garantindo acesso, permanência e sucesso escolar.
Negri <i>et al.</i> (2024)	Revisão sistemática: Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas nos Institutos Federais de Educação	Apontar os aspectos que têm sido enfatizados nos estudos sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tal como nos NAPNEs.
Pereira <i>et al.</i> (2024)	Inclusão De Alunos Com Deficiência Na rede federal EPT: infraestrutura, tecnologia assistiva e materiais didáticos	Investigar a disponibilidade de TA e MPA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de ensino do Brasil.
Magalhães <i>et al.</i> (2022)	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: considerações sobre a perspectiva inclusiva das pessoas com necessidades específicas	Compreender o desenvolvimento da educação de pessoas com necessidades específicas na EPT, relacionando educação inclusiva, formação integrada e a atuação do NAPNE no contexto institucional.
Perinni (2022)	A Educação Profissional e Tecnológica e o processo de inclusão escolar: aspectos históricos e legais	Discutir os aportes legais que versam sobre o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos alunos com

		necessidades educacionais específicas na rede de educação profissional e tecnológica.
Trevisan <i>et al.</i> (2024)	O Atendimento Educacional Especializado nas políticas de educação especial dos Institutos Federais	Analisar as diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas políticas institucionais de EE dos IFs.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

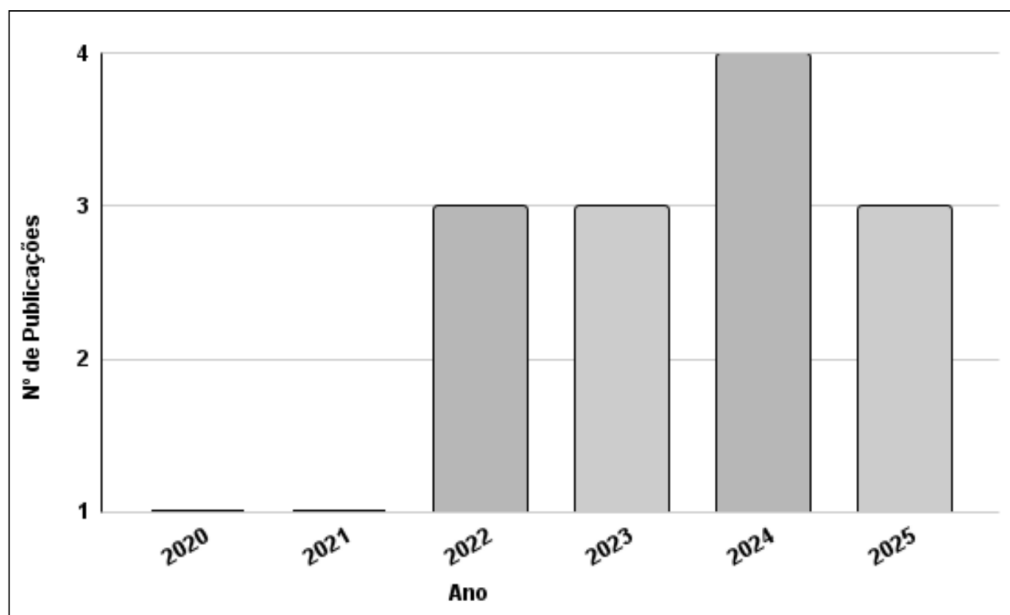
O Quadro 01 evidencia a diversidade de abordagens presentes nos estudos analisados, contemplando desde aspectos relacionados às políticas públicas até a atuação dos NAPNEs, práticas pedagógicas e formação docente. Observa-se que os objetivos dos artigos convergem para a compreensão da inclusão na EPT sob diferentes perspectivas, indicando um campo de estudo consolidado, porém ainda fragmentado. A variedade de enfoques reforça que a inclusão não se restringe a um único fator, mas envolve dimensões institucionais, pedagógicas e sociais interdependentes.

A análise dos artigos demonstrou uma baixa no número de artigos nos anos de 2020-2021, provavelmente devido ao período da pandemia do COVID-19. Já os anos de 2022, 2023 e 2025, tiveram um número maior de publicação, sendo três por ano, seguido de 2024, com quatro publicações (Gráfico 01).

Após o período de volta às aulas (2022-2025), houve esse aumento no número de publicações, indicando que possivelmente houve um aumento no número de casos de alunos com deficiência, que necessitam de atendimento especializado. ¹Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) indicam que o número de matrículas de estudantes da Educação Especial na educação básica brasileira apresentou crescimento contínuo, passando de aproximadamente 1,3 milhão em 2019 para cerca de 1,8 milhão em 2023, representando um aumento superior a 35% no período (Brasil, 2024).

¹Embora tenham sido identificadas publicações sobre os NAPNEs durante o período da pandemia, observa-se uma redução no volume de estudos nos anos iniciais (2020–2021), seguida de crescimento significativo a partir de 2022. Esse comportamento pode estar relacionado às limitações impostas pela pandemia, que impactaram a produção científica e a dinâmica das instituições educacionais. Estudos como o de Palayew *et al.* (2020) e Else (2020) evidenciam que a emergência sanitária impulsionou um aumento expressivo no número de artigos científicos, especialmente em áreas relacionadas à saúde. O que carece em outras áreas do conhecimento.

Gráfico 01 - Variação temporal das publicações. O eixo vertical, refere-se ao número de publicações por ano. Já o eixo horizontal, refere-se ao ano de publicação de cada artigo.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

O Gráfico 01 demonstra uma oscilação na produção científica ao longo dos anos, com queda nos períodos iniciais (2020–2021), possivelmente associada aos impactos da pandemia, e crescimento significativo a partir de 2022. Esse aumento indica uma retomada das pesquisas e maior interesse acadêmico na temática da inclusão na EPT no período pós-pandêmico. Tal tendência sugere que o contexto recente contribuiu para ampliar as discussões sobre inclusão, especialmente diante dos desafios evidenciados no sistema educacional.

Em relação aos *Qualis* das revistas selecionadas, foi realizada a busca e análise na Plataforma Sucupira - Qualis Periódicos (Quadriênios 2013-2016; 2017-2020; 2021-2024). A análise indicou que as revistas variam entre A1 e B3, sendo em sua maioria pertencentes aos *Qualis* B1-B3.

Quadro 02 – Caracterização individual dos artigos, acerca das atividades desenvolvidas pelos NAPNEs. Juntamente, a conclusão que cada autor teve acerca das atividades apresentadas desenvolvidas.

Artigos	Atividades dos NAPNEs	Conclusões
Rodrigues e França (2024)	Acompanhamento institucional de estudantes com deficiência durante a formação e apoio à inserção profissional.	Apesar da ampliação do acesso à EPT, ainda existem desafios relacionados à inserção no mercado de trabalho e à continuidade do acompanhamento institucional.
Silva (2022)	Apoio pedagógico, orientação aos docentes e mediação entre estudantes, professores e gestão institucional.	Os NAPNE possuem papel central na promoção da inclusão e no fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas.
Disconci <i>et al.</i> (2023)	Implementação de políticas institucionais de inclusão e apoio ao acesso e permanência dos estudantes.	A ampliação do acesso não garante permanência e sucesso acadêmico, sendo necessário fortalecer ações institucionais inclusivas.
Jorge <i>et al.</i> (2025)	Desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e articulação com setores de apoio educacional.	Evidencia avanços nas políticas inclusivas, mas ainda existem desafios relacionados à infraestrutura e formação docente.
Santos <i>et al.</i> (2023)	Organização institucional dos NAPNE, definição de atribuições e regulamentação das ações de atendimento.	Os regulamentos reforçam a importância dos núcleos na promoção da inclusão, embora existam diferenças organizacionais entre instituições.
Oliveira e Ferreira (2024)	Apoio educacional, adaptação pedagógica e acompanhamento de estudantes com deficiência.	A inclusão na EPT apresenta avanços, porém ainda exige maior investimento em formação docente e recursos acessíveis.
Lira <i>et al.</i> (2025)	Formação continuada de professores e orientação pedagógica para práticas inclusivas.	Formação continuada de professores e orientação pedagógica para práticas inclusivas.
Oliveira e Ferrão (2021)	Desenvolvimento de políticas institucionais de inclusão e ampliação do acesso educacional.	As políticas públicas são fundamentais para ampliar o acesso de estudantes com necessidades específicas na EPT.
Trevisan e Ziliotto (2023)	Implementação de políticas institucionais e apoio pedagógico aos estudantes com deficiência.	A inclusão avançou nas instituições analisadas, mas ainda enfrenta desafios estruturais e pedagógicos.
Silva <i>et al.</i> (2020)	Mediação pedagógica, acompanhamento acadêmico e apoio institucional aos estudantes.	Os NAPNE contribuem significativamente para a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência.
Negri <i>et al.</i> (2024)	Análise da produção científica sobre a atuação dos núcleos nos Institutos Federais.	Os estudos destacam os NAPNE como elementos fundamentais para a consolidação da inclusão educacional.
Pereira <i>et al.</i> (2024)	Disponibilização de tecnologia assistiva, infraestrutura acessível e materiais didáticos	Recursos de acessibilidade são essenciais para garantir condições adequadas de aprendizagem.

	adaptados.	
Magalhães <i>et al.</i> (2022)	Desenvolvimento de políticas institucionais e ações pedagógicas inclusivas.	A inclusão na EPT depende de políticas institucionais integradas e de apoio pedagógico especializado.
Perinni (2022)	Análise das bases legais e históricas da inclusão educacional.	A legislação educacional contribuiu significativamente para a ampliação da inclusão na EPT.
Trevisan <i>et al.</i> (2024)	A legislação educacional contribuiu significativamente para a ampliação da inclusão na EPT.	Desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para estudantes com necessidades específicas.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

O Quadro 02 demonstra que as atividades desenvolvidas pelos NAPNEs são amplas e abrangem desde o apoio pedagógico até a implementação de políticas institucionais e oferta de tecnologias assistivas. Os estudos convergem ao apontar os NAPNEs como elementos centrais na promoção da inclusão, especialmente no acompanhamento acadêmico e na mediação entre estudantes e docentes. As conclusões também revelam desafios recorrentes, como limitações estruturais, necessidade de formação continuada e dificuldades na consolidação institucional dessas ações, indicando que, embora fundamentais, os núcleos ainda enfrentam entraves para sua plena efetivação.

Em cada artigo selecionado, busca-se avaliar e analisar as seguintes vertentes: 1) Políticas públicas de inclusão; 2) Atuação dos NAPNEs; 3) Práticas pedagógicas inclusivas; 4) Permanência e êxito acadêmico.

Tabela 01 – Categorização temática abordada em cada artigo analisado, referente a atuação dos NAPNE na Educação Profissional e Tecnológica. O artigo que aborda as seguintes temáticas: 1) Políticas públicas de inclusão; 2) Atuação dos NAPNEs; 3) Práticas pedagógicas inclusivas; 4) Permanência e êxito acadêmico, terão o símbolo “√”. Os que não trazem a temática o símbolo “–”.

Artigos	Políticas públicas de inclusão	Atuação dos NAPNEs	Práticas pedagógicas inclusivas	Permanência e êxito acadêmico
Rodrigues e França (2024)	√	–	–	√
Silva (2022)	√	√	√	√

Disconci <i>et al.</i> (2023)	✓	–	–	✓
Jorge <i>et al.</i> (2025)	✓	✓	✓	✓
Santos <i>et al.</i> (2023)	✓	✓	–	✓
Oliveira e Ferreira (2024)	✓	✓	✓	✓
Lira <i>et al.</i> (2025)	✓	✓	✓	–
Oliveira e Ferrão (2021)	✓	–	–	✓
Trevisan e Ziliotto (2023)	✓	✓	–	✓
Silva <i>et al.</i> (2020)	✓	✓	✓	✓
Negri <i>et al.</i> (2024)	✓	✓	✓	✓
Pereira <i>et al.</i> (2024)	✓	✓	✓	✓
Magalhães <i>et al.</i> (2022)	✓	–	✓	✓
Perinni (2022)	✓	–	–	✓
Trevisan <i>et al.</i> (2024)	✓	✓	✓	✓

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

A Tabela 01 evidencia que a maioria dos estudos contempla as políticas públicas de inclusão como eixo central, seguida da atuação dos NAPNEs e das práticas pedagógicas inclusivas. Observa-se que nem todos os artigos abordam simultaneamente todas as categorias, o que indica lacunas na produção científica, especialmente na integração entre teoria e prática. A permanência e o êxito acadêmico aparecem como dimensões recorrentes, mas frequentemente dependentes da articulação entre os demais fatores, reforçando a ideia de que a inclusão na EPT exige uma abordagem sistêmica e integrada.

Os estudos analisados apresentam diferentes abordagens acerca da inclusão na EPT, com ênfase na atuação dos NAPNEs, nas políticas públicas e nas práticas pedagógicas inclusivas.

4.1 Políticas públicas de inclusão

As análises realizadas indicam que as políticas públicas de inclusão aplicadas aos estudantes com deficiência na EPT, desempenham um papel central na consolidação e permanência nos cursos. Os artigos como o de Perininni (2022), Oliveira e Ferrão (2021), Silva *et al.*, (2020), Negri *et al.*, (2024), Pereira *et al.*, (2024), Magalhães *et al.*, (2022), Silva (2022), Trevisan e Ziliotto (2023) e Disconci *et al.* (2023), destacam que os marcos legais e as diretrizes institucionais foram fundamentais para consolidar a inclusão no âmbito da Rede Federal.

Entretanto, com exceção de Perininni (2022), que enfatiza predominantemente os avanços históricos legais, os demais estudos apontam que tais políticas ainda apresentam limitações no que diz respeito à sua efetivação prática. Disconci, *et al.*, (2023), evidenciam que, embora o acesso tenha sido ampliado, graças a essas políticas, a permanência e o êxito ainda são restritos, enquanto Magalhães *et al.* (2022) e Trevisan e Ziliotto (2023), reforçam a necessidade de políticas mais articuladas e efetivas no cotidiano escolar. Além do mais, ambos os autores apontam que ainda existem diversos desafios, tais como: falta de infraestrutura, formação docente adequada e a consolidação de políticas institucionais mais integradas.

Segundo Disconci *et al.*, (2023) embora o acesso a EPT tenha sido ampliado nos últimos anos, a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes com deficiência ainda representam desafios significativos. Do mesmo modo, Magalhães *et al.*, (2022), ressaltam que a efetivação da inclusão depende não apenas das políticas públicas de acesso, mas também de estratégias institucionais que garantam condições adequadas para a permanência dos estudantes. Nesse contexto, os autores concluem que é necessário melhorar o nível de recursos na EPT, para as práticas inclusivas e se concentrar na qualidade do ensino, de modo a mudar a realidade de muitos alunos.

Os estudos convergem em manifestar a importância das políticas públicas na Rede Federal, porém, destacam que se torna necessário o acompanhamento

institucional nas ações voltadas para esses estudantes revelando uma lacuna entre a legislação e a prática educacional educativa.

4.2 Atuação dos NAPNEs na promoção da inclusão

Em relação à atuação dos NAPNEs, verifica-se forte convergência entre os estudos quanto à sua importância no processo de inclusão. Silva *et al.*, (2020), Santos *et al.*, (2023), Negri *et al.*, (2024), Jorge *et al.*, (2025), Trevisan *et al.*, (2025), Oliveira e Ferreira (2024), Trevisan e Ziliotto (2023), Silva (2022) e Pereira *et al.*, (2024) destacam que os núcleos desempenham papel estratégico na mediação pedagógica, no acompanhamento dos estudantes e na promoção de ações inclusivas.

Todos os trabalhos analisados que abordam diretamente os NAPNEs apontam sua relevância como estrutura institucional de apoio, não havendo divergências significativas quanto à sua importância e contribuição. Contudo, Santos *et al.*, (2023) e Negri *et al.*, (2024) evidenciam fragilidades relacionadas à padronização dos regulamentos e à consolidação dessas estruturas, indicando que sua atuação ainda ocorre de forma heterogênea entre os Institutos Federais.

Os trabalhos de Silva *et al.*, (2020) e Oliveira e Ferreira (2024) reforçam que a efetividade dos NAPNEs depende da articulação com docentes e gestores, o que demonstra que, embora essenciais, esses núcleos não atuam de forma isolada, sendo parte de uma rede institucional mais ampla. Esse apontamento ressalta ainda mais a importância da formação continuada e da capacitação para os profissionais que atuam nesse núcleo.

4.3 Práticas pedagógicas inclusivas na EPT

No que diz respeito às práticas pedagógicas inclusivas, os estudos de Jorge *et al.*, (2025), Oliveira e Ferreira (2024), Lira *et al.*, (2025), Silva *et al.*, (2020), Negri *et al.*, (2024), Pereira *et al.*, (2024), Magalhães *et al.*, (2022), Silva (2022) e Trevisan e Ziliotto (2023), convergem ao apontar as necessidades de adaptação e estratégias para atender as especificidades dos estudantes.

Com exceção de Trevisan e Ziliotto (2023), que apresentaram uma análise mais voltada às políticas institucionais, os demais estudos destacam que a inclusão efetiva depende diretamente da adoção de práticas pedagógicas diferenciadas, como

a adaptação do currículo, uso de tecnologias assistivas e acompanhamento individualizado.

Lira *et al.*, (2025), enfatizam que a formação docente é um elemento central para a implementação dessas práticas, apontando lacunas na preparação docente. Oliveira e Ferreira (2024) e Pereira *et al.*, (2024), destacam que a ausência de recursos pedagógicos adequados compromete a efetividade da elaboração de atividades e práticas mais inclusivas.

Os estudos indicam que as práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais, mas ainda enfrentam desafios relacionados à formação docente e a disponibilidade de recursos.

4.4 Permanência e êxito acadêmico dos estudantes com necessidades específicas

Em relação à permanência e ao êxito acadêmico, os estudos analisados demonstram que esse é um dos principais desafios da inclusão na EPT. Rodrigues e França (2024), Disconci, *et al.*, (2023), Oliveira e Ferrão (2021), Trevisan e Ziliotto (2023), Silva *et al.*, (2020), Negri *et al.*, (2024), Pereira *et al.*, (2024), Silva (2022), Magalhães *et al.*, (2022) e Trevisan *et al.*, (2024) apontam que, embora o acesso tenha sido ampliado, a permanência e o sucesso acadêmico ainda não são plenamente garantidos.

Com exceção de Perinni (2022), cujo foco recai sobre os aspectos legais, todos os demais estudos indicam que a permanência está diretamente relacionada a fatores como apoio institucional, atuação dos NAPNEs, infraestrutura acessível e práticas pedagógicas inclusivas.

Rodrigues e França (2024) ampliam essa discussão ao evidenciar que as dificuldades se estendem também ao pós-formação, especialmente na inserção no mercado de trabalho. Já Trevisan *et al.*, (2024) destacam a importância do AEE como suporte para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

A análise dos quatro eixos temáticos destacados, mostra uma forte interdependência entre esses elementos no processo de consolidação da EPT. Os estudos evidenciam que os avanços legais e institucionais foram fundamentais para ampliar o acesso de estudantes com deficiência, contudo, esses avanços ainda não se traduzem de forma homogênea na prática educacional. A efetividade das políticas

públicas está diretamente condicionada à atuação dos NAPNEs, os quais surgem como estruturas centrais de mediação entre as diretrizes institucionais e as demandas e necessidades dos estudantes.

Observa-se também que as práticas pedagógicas inclusivas se configuram como elemento-chave para a materialização da inclusão, sendo dependentes, sobretudo, da formação docente e da disponibilidade de recursos pedagógicos acessíveis, além da necessidade de contar com o apoio institucional. A permanência e o êxito acadêmico aparecem como indicadores da qualidade das ações inclusivas, uma vez que refletem a articulação e planejamento de atividades entre políticas, suporte institucional e práticas de ensino. Os resultados apontam que a inclusão na EPT não se faz de maneira isolada, mas sim a partir de um conjunto integrado de ações.

A análise evidencia que, embora haja avanços significativos no campo da inclusão, ainda persistem desafios estruturais, pedagógicos e institucionais que limitam a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva, reforçando a necessidade de políticas mais articuladas, formação continuada de professores e fortalecimento dos mecanismos de apoio institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da Revisão Bibliográfica Sistemática realizada, foi possível evidenciar que os NAPNEs desempenham papel central no processo inclusivo, atuando como mediadores entre as políticas de inclusão e as práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano institucional.

Os resultados indicam que a contribuição dos NAPNEs para a permanência e o êxito dos estudantes ocorre principalmente por meio do acompanhamento pedagógico, da promoção de acessibilidade e da articulação entre diferentes setores da instituição. No entanto, também foi possível identificar que essa atuação ainda apresenta fragilidades, especialmente no que se refere à padronização das ações, à consolidação de equipes multidisciplinares e à integração efetiva com o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Verificou-se que a efetivação da inclusão na EPT está diretamente relacionada à adoção de práticas pedagógicas inclusivas e à formação continuada dos docentes. A ausência ou insuficiência desses elementos pode comprometer não apenas a

permanência dos estudantes, mas também a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, evidenciando que a inclusão vai além do acesso, envolvendo condições reais de participação, aprendizagem e desenvolvimento profissional.

No âmbito das implicações práticas e institucionais, os achados deste estudo apontam para a necessidade de fortalecimento dos NAPNEs como estruturas estratégicas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Isso inclui a ampliação de investimentos em infraestrutura acessível, a institucionalização de políticas de formação docente voltadas à educação inclusiva, a definição de diretrizes mais claras para a atuação dos núcleos e a integração efetiva com o AEE. Tais medidas podem contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de inclusão, promovendo maior equidade e qualidade na oferta da educação profissional.

Como contribuição científica, esta pesquisa sistematiza evidências que reforçam a importância dos NAPNEs na consolidação da educação inclusiva na EPT, evidenciando seus avanços e desafios. Sugere-se que estudos futuros aprofundem a análise da atuação desses núcleos em diferentes contextos institucionais, bem como investiguem práticas pedagógicas inovadoras e os impactos da inclusão na trajetória acadêmica e profissional dos estudantes com necessidades educacionais específicas, ampliando a compreensão sobre o tema e subsidiando a construção de políticas educacionais mais efetivas.

REFERÊNCIAS

ANJOS, I. R. S. ***Programa Tec Nep: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva***. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Acesso em: 22 mar. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025**. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12773.htm. Acesso em: 14 fev. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. ***Censo Escolar da Educação Básica 2023: resumo técnico***. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 22 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. ***Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva***. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento base do Programa TEC NEP**. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC autoriza funcionamento de novos campi dos Institutos Federais**. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2026/marco/mec-autoriza-funcionamento-de-38-novos-campi-de-ifs>. Acesso em: 6 abr. 2026.

DISCONCI, R. C.; BOING, M. S.; BERWIG, S. E. Políticas públicas para educação profissional inclusiva. **Revista Educação Especial**, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/83652>. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X83652>. Acesso em: 22 mar. 2026.

ELSE, H. *How a torrent of COVID science changed research publishing*. **Nature**, 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-020-03564-y>. DOI: <https://doi.org/10.1038/d41586-020-03564-y>. Acesso em: 6 abr. 2026.

JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kVvdYMWXxbLnbTsSP7mqSHt/>. Acesso em: 22 mar. 2026.

JORGE, R. S. et al. Panorama das práticas inclusivas nos institutos federais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 2025. Disponível em: <https://periodicos.rease.pro.br>. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i9.21041>. Acesso em: 22 mar. 2026.

LEONARDO, C. R.; MACEDO, C. R.; CURCIO, F. S. **A importância do NAPNE no IFES**. 2024. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br>. Acesso em: 22 mar. 2026.

- LIRA, A. L. et al. Formação docente inclusiva na EPT. **Revista de Geopolítica**, 2025. Disponível em: <https://revistageo.com.br/revista/article/view/862>. DOI: <https://doi.org/10.56238/revgeov16n5-078>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Acesso em: 06 abr. de 2026.
- MAGALHÃES, D. R. G.; MARQUES, W.; CASTAMAN, A. S. Educação profissional inclusiva. **Revista Exitus**, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2022v12n1ID1857>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- NASCIMENTO, F. C.; PORTES, R. M. L. Inclusão na Rede Federal. In: BRANCHER, V. R.; MEDEIROS, B. A. (org.). **Rev. Inclusão e diversidade**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. Acesso em: 22 mar. 2026.
- NEGRI, L. M. et al. Revisão sistemática sobre NAPNEs. **Perspectiva**, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/99014>. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2025.e99014>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- OLIVEIRA, A. V. L.; FERREIRA, M. R. G. Educação especial na EPT. **RBEPT**, 2024. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12750>. DOI: <https://doi.org/10.15628/rbept.2024.12750>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- OLIVEIRA, S. C. S.; FERRÃO, T. S. Inclusão de pessoas com deficiência. **RSD**, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20702>. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20702>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- PALAYEW, A. et al. Pandemic publishing. **Nature Human Behaviour**, 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41562-020-0911-0>. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41562-020-0911-0>. Acesso em: 6 abr. 2026.
- PEREIRA, A. R. et al. Inclusão na EPT. **Revista ComCiência**, 2024. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/comciencia/article/view/20869>. DOI: <https://doi.org/10.36112/issn2595-1890.v9.i13.e9132411>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- PERINNI, S. T. Educação profissional inclusiva. **Revista Intelletto**, 2022. Disponível em: <https://revista.grupofaveni.com.br>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- RODRIGUES, R. A. C.; FRANÇA, M. C. C. C. Perfil de estudantes com deficiência. **ScientiaTec**, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/6566>. DOI: <https://doi.org/10.35819/scientiatec.v10i2.6566>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- SANTOS, J. R.; VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Regulamentos dos NAPNEs. **Revista Educação Especial**, 2023. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br>. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686x70712>. Acesso em: 22 mar. 2026.

SILVA, A. S. J. Protagonismo dos NAPNEs. **Europub Journal**, 2022. Disponível em: <https://ojs.europublications.com>. DOI: <https://doi.org/10.54745/ejerv3n1-003>. Acesso em: 22 mar. 2026.

SILVA, F. S.; PEREIRA, Á. I. S.; RIBEIRO, F. A. A. Práxis inclusiva dos NAPNEs. **Revista Educação e Emancipação**, 2020. Disponível em: <https://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/14955>. Acesso em: 22 mar. 2026.

SONZA, A. P.; VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Plano educacional individualizado. **Revista Educação Especial**, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313162288069/313162288069.pdf>. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X52842>. Acesso em: 22 mar. 2026.

SOUZA, T. A. P.; ROCHA, M. G. S. Ensino colaborativo. **Educação em Foco**, 2025. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=s1aZEQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=SOUZA,+T.+A.+P.%3B+ROCHA,+M.+G.+S.+Ensino+colaborativo.+Educa%C3%A7%C3%A3o+em+Foco,+2025.&ots=tNxKckpo4k&sig=zXk5y6Q-9qmPdM6gH2imSJNHOP4&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. DOI: <https://zenodo.org/records/17645654>. Acesso em: 22 mar. 2026.

TREVISAN, S.; ZILLOTTO, D. M. Inclusão de estudantes com deficiência. **Educação e Pesquisa**, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br>. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349254398>. Acesso em: 22 mar. 2026.

TREVISAN, S.; ZILLOTTO, D. M.; DELL'AGLIO, D. D. Atendimento educacional especializado. **EccoS**, 2024. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/eccos/n68/1983-9278-eccos-68-e24561.pdf>. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n68.24561>. Acesso em: 22 mar. 2026.

TURCI, D. A. Educação inclusiva como direito. **SCIAS**, 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/8019>. DOI: <https://doi.org/10.36704/sdhe.v6i2.8019>. Acesso em: mar. 2026.